

CORPO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: A EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA QUILOMBOLA NO EXTREMO SUL BAIANO

Ivalda Kimberlly Santos Portela¹

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Departamento de Educação, Salvador, BA, Brasil.

Bruno Otávio de Lacerda Abraão²

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Departamento de Educação, Salvador, BA, Brasil.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é descrever o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma Escola Quilombola no Extremo Sul da Bahia relacionando-o à literatura sobre a Educação Escolar Quilombola e as Relações Étnico-raciais. Nossas fontes são o PPP da escola e os documentos legais que orientam a Educação Escolar Quilombola no Estado da Bahia, as Diretrizes Curriculares Referenciais Municipais e a Lei 10.639/03 para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A investigação caracteriza-se por ser de cunho qualitativo documental. Como resultados, identificou-se que é necessário que as políticas educacionais e as práticas pedagógicas sejam revistas e adaptadas para garantir a implementação efetiva da educação escolar quilombola no currículo da Escola Quilombola.

Palavras-Chave: Educação Física; Educação Escolar Quilombola; Projeto Político Pedagógico.

BODY, IDENTITY AND RESISTANCE: THE CHALLENGES OF PHYSICAL EDUCATION IN A QUILOMBOLA SCHOOL IN THE EXTREME SUL OF BAIANO

ABSTRACT

This investigation is part of the dissertation product in Education and its general objective is to describe the Political Pedagogical Project (PPP) and

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação/FACED, na Universidade Federal da Bahia. Especialista em Educação do Campo – Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT; Licenciada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia -UNEB; kportela44@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-5969-8015>

² Professor adjunto do departamento de Educação Física, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Leciona e orienta no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA na linha de pesquisa "Lazer, Cultura Corporal e Educação"; b.abrahaio@ufba.br; <https://orcid.org/0000-0002-8274-2539>

compare the literature on Quilombola Education and Ethnic-racial Relations of a Quilombola School in the Far South of Bahia. Together with the PPP, the legal documents that react to Quilombola School Education in the State of Bahia, the Municipal Reference Curricular Guidelines, as well as Law 10.639/03 for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture were examined. The research is characterized by being qualitative and bibliographic in nature. As a result, it is necessary that educational policies and pedagogical practices are reviewed and adapted to ensure the effective implementation of quilombola school education into the Quilombola School curriculum.

Keywords: Physical education; Quilombola School; Pedagogical Political Project.

CUERPO, IDENTIDAD Y RESISTENCIA: LOS DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN FÍSICA EN UNA ESCUELA QUILOMBOLA EN EL EXTREMO SUR DE BAIANO

RESUMEN

Esta investigación forma parte del producto de disertación en Educación y tiene como objetivo general describir el Proyecto Político Pedagógico (PPP) y comparar la literatura sobre Educación Quilombola y Relaciones Étnico-Raciales de una Escuela Quilombola en el Extremo Sur de Bahía. Junto con el PPP, fueron examinados los documentos legales que regulan la Educación Escolar Quilombola en el Estado de Bahía, las Directrices Curriculares Municipales de Referencia, así como la Ley 10.639/03 para la Enseñanza de la Historia y la Cultura Afrobrasileña y Africana. La investigación se caracteriza por ser de carácter cualitativa y bibliográfica. Como resultado, es necesario que las políticas educativas y las prácticas pedagógicas se revisen y adapten para garantizar la implementación efectiva de la educación escolar quilombola en el plan de estudios escolar quilombola.

Palabras-clave: Educación Física; Escuela Quilombola; Proyecto Político Pedagógico

CORPS, IDENTITÉ ET RÉSISTANCE: LES DÉFIS DE L'ÉDUCATION PHYSIQUE DANS UNE ÉCOLE QUILOMBOLA À L'EXTRÊME SUR DE BAIANO

RÉSUMÉ

Cette recherche fait partie du produit de la thèse en éducation et son objectif général est de décrire le projet politique pédagogique (PPP) et de comparer la littérature sur l'éducation quilombola et les relations ethno-raciales d'une école quilombola de l'extrême sud de Bahia. En collaboration avec le PPP, les documents juridiques qui réglementent l'enseignement scolaire quilombola dans l'État de Bahia, les directives pédagogiques municipales de référence, ainsi que la loi 10.639/03 pour l'enseignement de l'histoire et de la culture

afro-brésilienne et africaine ont été examinés. La recherche se caractérise par son caractère qualitatif et bibliographique. En conséquence, il est nécessaire que les politiques éducatives et les pratiques pédagogiques soient revues et adaptées pour assurer la mise en œuvre efficace de l'enseignement scolaire quilombola dans le programme scolaire quilombola.

Mots-clés: Éducation physique; École Quilombola; Projet politique pédagogique.

INTRODUÇÃO

O Projeto Político da Escola (PPP) é um documento normativo e um ponto de partida para que ocorram análises, aprofundamentos das percepções pedagógicas, administrativas, das limitações e possibilidades da Escola, ou, seja daquilo que pode ser realizado e definido através das responsabilidades individuais e coletivas para assim superar os entraves detectados. O PPP, é, portanto, um documento mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados, construindo um retrato de memória reflexiva da Escola registrando suas transformações ao longo do tempo e permitindo uma avaliação de resultados.

Quanto a uma definição do que vem a ser PPP, Veiga (2001) aponta o PPP como um documento dinâmico, construído de forma coletiva e democrática, com a participação do coletivo na prática pedagógica, assim representa a oportunidade de participação democrática aos sujeitos envolvidos no processo educacional a prática reflexiva, crítica e cidadã. Em resumo, acredita-se que o PPP da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos atua como diretriz e instrumento mediador para as ações educacionais, promovendo a construção coletiva emancipatória de propostas e metas que buscam aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes quilombolas.

Ao tratar-se de um PPP inserido em uma realidade de povos tradicionais quilombolas, por via da análise buscou-se entender como este vem dialogando com a realidade dos educandos locais. Dessa forma, surgem algumas hipóteses: Esse PPP é embasado por autores negros em sua construção

teórica? Como a Escola pensa seu currículo? É um currículo eurocêntrico pautado em evidenciar apenas marcos históricos e nomes brancos nas dimensões do conhecimento? Como a Escola projeta as datas comemorativas locais, são datas que reforçam a centralidade somente da religiosidade judaico-cristã? Como a Escola pensa sua estética se tratando de quilombolas que detêm de uma singularidade ímpar?

Deste modo, buscou-se uma reflexão crítica sobre o Projeto Político Pedagógico dessa localidade. Salientamos que, o atendimento das políticas públicas educacionais para essa população deva ser garantido pelo poder público respeitando seus demarcadores de pertencimento étnico-racial, territoriais, históricos, sociais, políticos e culturais. É através do PPP que as Escolas conseguem traçar seu perfil identitário, diretrizes, práticas pedagógicas e melhorias junto a toda comunidade interna e externa.

A Educação Física escolar, conforme proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), vai além de uma esportivização; ela se propõe a ser um espaço de aprendizado emancipatório, reconhecendo as práticas corporais como elementos carregados de significado. Para as comunidades quilombolas, onde a preservação e o resgate das tradições culturais têm um papel fundamental, a Educação Física assume uma função ainda mais significativa, ao integrar as práticas corporais ancestrais às metodologias pedagógicas, criando um espaço de valorização da história e expressões culturais que fazem parte da identidade quilombola.

Desde modo, ao integrar manifestações culturais quilombolas no currículo de Educação Física, os alunos não apenas se envolvem em atividades físicas, mas também se conectam com suas raízes identitárias ancestrais. Isso não só promove o desenvolvimento físico, mas também cognitivo e social, ao criar um ambiente de troca e aprendizado que respeita as tradições locais, as histórias de resistência e as especificidades culturais de cada comunidade.

Nesta perspectiva, é importante entendermos as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Bahia. Segundo ela, pauta-se em uma proposta política de um currículo construído com os quilombolas e para os

quilombolas, baseado nos saberes, conhecimentos e respeito às suas matrizes culturais, está fundamentada na vivência e organização coletiva, valores ancestrais, relação com a terra e com o sagrado, dos quais precisam ser incorporados no espaço escolar das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes quilombolas (Bahia, 2018).

A implementação nacional da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola ocorreu em 2012 e, em 2013 foi a vez do estado da Bahia implementar as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola (Resolução CEE/CEB nº 68, de 20 de dezembro de 2013), as quais orientam os sistemas de ensino a monitorarem e garantir a implementação da modalidade no estado. Sendo assim, trata-se de uma educação diferenciada e voltada para a ancestralidade desse povo, na qual discorre sobre identidade e cultura, e a memória coletiva.

No entanto, de acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo (2002), que apresenta sobre a Política de Educação do Campo, que é de extrema importância na política educacional brasileira, além de tratar da Educação do Campo, também reconhece a necessidade de incluir a Educação Escolar Quilombola, no entanto, é importante reconhecer que, embora haja pontos de convergência na luta por educação entre os povos do campo e as comunidades quilombolas, existem também particularidades significativas que os distinguem.

Embora ocorra há mais de uma década as orientações particulares para a Educação Escolar Quilombola nos documentos legais educacionais, em alguns casos, essas práticas e efetivação são impostas de maneira tímida. Ainda considerando que o currículo possa ser democrático em sua essência, é fundamental considerar as relações de poder que o permeiam. Muitas vezes, essas relações resultam no pagamento de partes significativas da história, omitindo elementos essenciais para o desenvolvimento intelectual e social dos estudantes, especialmente os conteúdos afrocentrados e indígenas.

Os conteúdos afro-indígenas são conhecimentos que devem ser incorporados à estrutura curricular e não apenas nos documentos, estes devem

fazer-se presente em nossas práticas no chão da escola. O currículo não é mais apenas uma área técnica e metódica, hoje se discute a acerca do currículo ligado por questões políticas, sociais, sobretudo ideológicas, o que o torna um espaço de relações de poder um elemento democrático (Santos, 2023)

Junto a essa perspectiva, o currículo é considerado um artefato social e cultural, a Educação para as Relações Étnico-Raciais e deve ser projetado de forma que além de manter as disciplinas pedagógicas também possibilitem a transmissão das culturas diversas, sendo ele um espaço e disputa de poder e território, currículo é documento de identidade composto por uma diversidade de povos e não apenas por um grupo dominante (Silva, 2023).

Portanto, tecer uma análise sobre as Relações Étnico-raciais no campo da Educação Física é um ato político, no sentido de ir contra todo o movimento social de exclusão. Problematizar questões identitárias, como a ancestralidade e a cultura, possibilitam a origem de novas matrizes teóricas que contemplem outros olhares sobre o processo histórico da cultura afro-brasileira com fins de promover sua validade civilizatória. Enfim, implementar a luta contra um pensamento discriminatório desencadeado nas instituições de ensino em relação à cor da pele, tipo de cabelo, forma de nariz e formato do corpo, difundido no século XIX, e que inferioriza o negro, constituem-se uma necessidade e urgência, pois:

No âmbito daquilo que podemos considerar como estudos específicos da Educação Física voltados ao corpo e a cultura corporal, assim como os dedicados à estética e imagem corporal, os corpos negros foram praticamente esquecidos e invisibilizados no decorrer da história (Carvalho, 2021, p. 38).

Mediante ao exposto é fundamental que, escola e sociedade andem de mãos dadas na busca de oportunidades de mundos melhores para os sujeitos ali presentes. Tratando-se de uma comunidade quilombola onde a ancestralidade é de suma importância para a continuidade do legado dessa população, o viés escola e sociedade precisam dialogar intrinsecamente, pois

deve haver um olhar sensível da escola na formação desses sujeitos em conjunto com o meio em que estão inseridos.

A luta por uma vida digna e direitos democráticos justos em relação ao negro no Brasil surge desde a diáspora africana, é de compreensão coletiva que durante a retirada forçada e ao desembarcarem em solos brasileiros, homens e mulheres de diversos países do continente africano foram brutalmente violentados e expostos a situações desumanas durante a travessia atlântica ao desembarcarem nessa terra. Durante esse doloroso processo e em busca de melhores condições para subsidiar sua sobrevivência surgem os quilombos. A terminologia durante muito tempo foi caracterizada de forma pejorativa, aqui trabalharemos a partir da ótica de Abdias Nascimento sobre quilombo, este que por muito tempo esteve nas trincheiras das lutas raciais no país.

Sobre uma perspectiva decolonial e de resignificação, Nascimento (2020) nos brinda com marcadores insurgentes sobre definição de quilombo,

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sociopolítico em termos de igualitarismo econômico. Os precedentes históricos conhecidos confirmam esta colocação (Nascimento, 2020, p. 348).

Portanto, segundo Nascimento (2020), para além dessa compreensão colonial sobre os quilombos como espaços de negros fugidos, em sua obra *Quilombismo* o autor teoriza a importância dos espaços das comunidades remanescente de quilombo, pois foi através deles que os aquilombados conseguiam preservar sua cultura, culinária e religião, ou seja conseguiam retornar os laços com suas origens. O quilombo também foi muito importante para que os diversos grupos trazidos do continente africano se encontrassem formando seu próprio modo de organização social.

O Quilombismo compreende não ser suficiente obter pequenas concessões de caráter empregatício ou de direitos civis, no contexto da sociedade branca dominante do país. O nosso se configura como problema de direitos humanos, direitos de soberania, de autodeterminação e de protagonismo histórico. O Quilombismo nos ensina que nós, negros, precisamos construir nossas próprias instituições independente e progressista, consolidar nossa coesão e força política, reconstruindo e

fortalecendo a nossa comunidade para podermos sobreviver numa sociedade racista (Nascimento, 2020, p. 32).

As respostas das lutas travadas pela população negra acontecem, infelizmente, de forma gradual no Brasil, um exemplo sobre essas incansáveis lutas foi a imersão das comunidades remanescentes de quilombo participarem do censo demográfico do IBGE de 2022, portanto, foi a primeira vez desde sua fundação que estes foram incluídos no levantamento. Assim, é de extrema importância que povos tradicionais sejam visibilizados e mapeados, pois é através dessas pesquisas que políticas públicas específicas chegam até essas comunidades. Ressalta-se também a importância da CONAQ, que luta atualmente pelo coletivo (IBGE, 2022).

Atualmente os estados com o maior número de quilombos são Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pará. Segundo o censo do IBGE (2022), existem mais de um milhão quilombolas no país, estatisticamente 50% deles estão no Nordeste, na Bahia e no Maranhão, o Sudeste vem logo atrás, assim Minas Gerais é o terceiro estado mais populoso em comunidade remanescente de quilombo somando 135 mil pessoas.

O nosso movimento é o movimento da transfluência. Transfluindo somos começo, meio e começo. Porque a gente transflui, conflui e transflui.

Conflui, transflui e conflui. A ordem pode ser qualquer uma (Bispo, 2023, p.35).

Antônio Bispo um dos grandes intelectuais orgânicos e liderança quilombola contemporânea, que encantou para o sagrado mundo espiritual, nos honra com suas palavras sobre a importância do modo de vida quilombola e sobre os movimentos de retorno dentro das comunidades quilombolas. Seu olhar sensível e singular sobre os povos tradicionais quilombolas nos convida a pensar sobre como as estruturas convencionais invisibilizam e excluem o modo de vida ancestral de um povo.

Assim, a presente pesquisa nasce a partir de uma construção acadêmica, profissional e pessoal no que cerne povos tradicionais, em especial aqui, a Educação Escolar Quilombola. O extremo sul é uma área geograficamente muito importante para todo território nacional, a localidade é

cercada por comunidade indígenas, quilombolas e grupos sociais como o Movimento Sem Terra (MST), o que o torna um lugar de luta e resistência.

Durante essa caminhada profissional pude acompanhar um pouco lecionando nessas comunidades e buscando compreender a estrutura daquelas localidades e suas singularidades. Os caminhos percorridos na docência nesses espaços singulares, sempre me trouxeram inquietações ao que diz respeito “O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola expressa as orientações da Educação Escolar Quilombola?”

O objetivo desta pesquisa é descrever o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma Escola Quilombola no Extremo Sul da Bahia relacionando-o à literatura sobre a Educação Escolar Quilombola e as Relações Étnico-raciais. Este artigo está dividido na seguinte forma: a primeira seção já exposta na introdução; a segunda refere-se aos Métodos utilizado na pesquisa; a terceira seção discorre sobre o Território da pesquisa; a quarta sobre o Projeto Político Pedagógico Escolar, e a quinta as discussões acerca das Discussões, findando o exposto com as considerações finais do estudo.

MÉTODO

A presente pesquisa caracteriza-se de uma abordagem qualitativa e de natureza aplicada. Gerhardt e Silveira (2009, p. 35) definem esta natureza como forma objetiva de gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais. Como procedimento para a coleta de dados utilizou-se a análise documental documentos e análise bibliográfica. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica utiliza material já publicado, como livros, periódicos e a pesquisa documental, que utiliza documentos oficiais, por exemplo.

Foi realizada uma análise detalhada do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, com o objetivo de compreender de que maneira a unidade escolar aborda temas como a Educação Escolar Quilombola e os atravessamentos para as Relações Étnico- raciais. Esse exame documental

permitiu identificar a forma como a escola se posiciona e as práticas pedagógicas que promove para tratar dessas questões, fundamentais para a construção de um ambiente inclusivo e democrático. Conforme destacam Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), os documentos possuem uma riqueza de informações que justificam seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais.

Ao analisá-los, é possível resgatar e interpretar elementos que ajudam a compreender melhor o contexto em que as decisões e políticas educacionais são tomadas. A análise documental, nesse sentido, permite não só acessar informações explícitas, mas também perceber as entrelinhas, as escolhas e as omissões, fornecendo uma visão mais aprofundada das práticas e dos valores presentes na instituição.

A partir da análise do PPP emergiram quatro categorias de análise, sendo elas,

- i. Identidade;
- ii. Escola Campo ou Quilombola;
- iii. Nucleação: inclusão ou exclusão?
- iv. Práticas Corporais;

Estas estão descritas na seção de discussão deste trabalho

A HISTÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE VOLTA MIÚDA

A comunidade quilombola de Volta Miúda, local da pesquisa, faz parte do município de Caravelas. Volta Miúda é formada por 120 famílias distribuídas geograficamente no território demarcado. A CRQ como várias outras comunidades quilombolas do Brasil vem lutando e resistindo, ainda se encontra em processo de titulação da área. O Quilombo de Volta Miúda está certificado desde 2005 pela Fundação Cultural Palmares, processo - nº 01420.000241/2005-93 – FCP, portaria 26/2005; data da portaria no DOU - 08/06/2005 nº processo INCRA - 54160.000300/2011-46 (Ipatrimônio, 2020). Portanto, a comunidade segue em situação fundiária não titulada. Essa situação que já se estende por longos anos tem consequências terríveis, pois a

comunidade é alvo de exploração em suas terras por uma empresa de papel e celulose que atua na região.

A monocultura do eucalipto é muito forte no extremo sul da Bahia, com isso várias comunidades tradicionais sofreram os impactos negativos. Volta Miúda, infelizmente, faz parte dessas comunidades, a estrada de chão que dá acesso a comunidade está tomada pelos enormes pés da árvore, a mata nativa foi totalmente destruída e, não se tem mais outra espécie que não seja eucalipto tanto no lado direito quanto o lado esquerdo, formando um deserto verde. Assim, a empresa age de forma inadequada no manejo de eucalipto na região, com aplicação de agrotóxicos que causam danos à saúde dos habitantes e animais da comunidade.

Figura 1: Estrada de acesso a CRQ tomada pela monocultura do eucalipto



Fonte: Acervo pessoal, (2024)

Outro problema que assombra a comunidade é a perda de identidade ancestral religiosa, hoje, o Quilombo de Volta Miúda é 90% evangélico da igreja Assembleia de Deus e Deus é amor, ao adentrar na comunidade fica explícito que o território foi tomado pelas igrejas evangélica o que reflete de uma forma negativa sobre a aceitação de religiões de matriz africana.

Em um mapeamento feito recente sobre a prática de benzimento e práticas tradicionais em algumas comunidades tradicionais de Caravelas, foi diagnosticado a falta de terreiros ou elementos ligados à religiosidade de matriz africana em Volta Miúda. O terreiro mais próximo à comunidade fica na

comunidade remanescente de quilombo vizinha, em Helvécia e no distrito de Juerana (Portela; Portela, 2024).

Dessa forma, é perceptível como as tradições religiosas de matriz africana são silenciadas por conta da intolerância e racismo religioso e dos atravessamentos negativos das igrejas evangélicas nesses espaços ancestrais.

Durante centenas de anos, povos "de santo" foram perseguidos, mortos, hostilizados, presos por não poderem cultuar o sagrado e sua fé. As chamadas roças de candomblé eram em lugares afastados e escondidos, principalmente nos lugares de mata por conta do racismo e intolerância religiosa que os expulsavam dos lugares mais povoados das cidades. Lideranças religiosas têm suas vidas ceifadas de forma brutal, as estatísticas corroboram isso, a realidade das maiorias das CRQ é essa. Contudo, é necessário que haja uma ressignificação nesse cenário de negação, pois esta marginalização da religião põe em risco a preservação da cultura, das tradições e da história dos quilombolas.

O direito ao culto litúrgico religiosa é um direito constitucional, menosprezo e preconceito de religiões afrobrasileiras é racismo religioso, segundo a Lei nº 14.532/23, sancionada em janeiro de 2023, assemelhada a injúria racial ao crime de racismo, com pena aumentada para de dois a cinco anos de prisão, além de multa inafiançável, o crime é imprescritível (Brasil, 2023).

Figura 2: Foto da Igreja Evangélica na CRQ de Volta Miúda



Fonte: Acervo pessoal, (2024)

Para além dos problemas ambientais e identitários, o outro problema é devido a não titulação oficial da comunidade, esse atraso na titulação interfere em várias esferas dentro do território, principalmente na garantia de políticas públicas destinadas à comunidade. Essa última fase do processo de regularização dos territórios corrobora para o reconhecimento pleno do território, após a retirada de ocupantes não quilombolas. Por isso a importância da regularização das terras, ou seja, é uma forma de garantir total direito de usos e frutos apenas aos remanescentes de quilombo de Volta Miúda.

A Escola Doutor Sócrates Ramos, está localizada na comunidade Rural de Volta Miúda, município de Caravelas/Ba, CNPJ: 01980981/0001-43, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Caravelas. A entidade de ensino Doutor Sócrates Ramos foi fundada em 1989 para atender a necessidade dos moradores da comunidade rural de Volta Miúda, haja vista que, as crianças e a comunidade em geral não tinham acesso à escola. A princípio a escola atendia alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental nos turnos matutino e vespertino. A ideia de uma escola na comunidade partiu de um morador e líder comunitário (Cassimiro Joaquim Serafim), que procurou um vereador municipal da época e solicitou junto ao prefeito Luiz Carlos de Sá Nogueira, que atendeu ao pedido do líder comunitário e iniciou a construção do prédio no terreno dado pelo líder comunitário. Assim, a escola ganhou o nome de um médico que atuava no município.

Atualmente a Escola é nucleada a uma unidade de ensino (Escola Municipal Júlio Gerônimo), situada no distrito de Juerana/Caravelas-BA. Hoje a escola atende aos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental em turmas multisseriadas no turno matutino.

Figura 3: Foto da Escola Doutor Sócrates Ramos



Fonte: Acervo pessoal, (2024)

A Educação Escolar Quilombola e a Educação Física

A gênese da Educação Física não foi um dos movimentos mais emancipatórios e democráticos da história brasileira, pelo contrário a mesma esteve por muito tempo engessada a operantes que desencadearam o racismo, a LGBTfobia, o machismo, a misoginia, entre outras formas discriminatórias e excludentes de opressão social. Tendências eurocêntricas como eugenismo, militarismo e higienistas contribuíram para que grupos minoritários e vulneráveis que não pertencessem a essas ideologias fossem silenciados.

O passado da Educação Física ainda reflete desafios para uma Educação Física decolonial, onde a promoção de equidade de todos os educandos seja alcançada e representada. No entanto, a EFE nos dá suporte adequado em relação à cultura corporal do movimento para promoção que se estende além dos esportes competitivos e segregatistas, assim potencializando a valorização da diversidade cultural, artística, étnica, religiosa e sexual no ambiente socioeducativo (Pomin, 2020).

Nessa contextura, é importante mencionar a Lei nº 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, pois através desses dispositivos obrigatórios na Educação Básica brasileira temas ligados à História da África e a Cultura Afro-brasileira fossem trabalhados no componente curricular da Educação Física Escolar reforçando o compromisso de trabalhar práticas que promovam a diversidade nas aulas.

No que concerne às particularidades de um povo, a (LDB nº 9.394/96) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, dita as modalidades de ensino e considera as características de cada povo e comunidade, demarcando identidade, cultura e fortalecimento. Dentre as quais estão: Educação para Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação à Distância (EaD).

Ao que tange a Educação Escolar Quilombola (EEQLDB) e de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro 2012, escolas quilombolas são aquelas localizadas em território quilombola, e este, se caracteriza como espaço remanescente dos quilombos, habitado por grupos étnico-raciais diferenciados, e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social coletiva, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social e religiosa, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Após a implementação nacional da DCNEEQ ocorrida em 2012, em 2013 foi a vez do estado e da Bahia implementar as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola (Resolução CEE/CEB nº 68, de 20 de dezembro de 2013), as quais orientam os sistemas de ensino a monitorarem e garantir a implementação da modalidade no estado. Sendo assim, trata-se de uma educação diferenciada e voltada para a ancestralidade desse povo, na qual discorre sobre identidade e cultura, e a memória coletiva (Bahia, 2019).

Outro normativo legal que subsidia o direcionamento escolar que fortalece a identidade dos povos quilombolas é a Lei federal nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira Africana nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio. A implementação da Lei surgiu a partir de uma luta coletiva e, não apenas de um Projeto de Lei (PL) do governo petista, obviamente sabemos da importância do governo em sua implantação, porém essa pauta foi uma luta extensa que o Movimento Negro brasileiro (MN) batalhou para que acontecesse, em uma forma gradual e

com muita resistência, o MN é um dos principais atores políticos que nos reeduca no caminho árduo contra o racismo e outras formas de aniquilamento contra nossos corpos e não nos deixa desistir.

Neste sentido, Gomes (2023) destaca que o movimento constitui como um dos principais agentes de mobilização política ao trazer debates sobre o racismo e questionar a inserção de políticas públicas, com o intuito de superar as desigualdades raciais. Ao trazer debates sobre raça o MN rompe com as visões distorcidas negativadas e naturalizadas sobre os negros, sua cultura, história, religião e qualquer outra ação promovida como forma de libertação e enfrentamento das correntes racistas, assim, retirando a população negra do lugar enraizado da suposta inferioridade racial, que nos foi imposta durante séculos.

Por isso, apesar das adversidades e dos muitos desafios que enfrentamos no Brasil, na luta pela democracia e contra o capitalismo, o racismo, e o patriarcado, temos de focar nas conquistas já alcançadas e seguir em frente. Não podemos perder a esperança. É preciso sabedoria e resistência democrática (Gomes, 2023, p. 20).

Entre as várias conquistas do MN que aqui poderiam ser pautadas, nos interessa um olhar mais aguçado para o campo da Educação, tendo a ciência como um direito social e constitucional. Direito este dificilmente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil, até os dias atuais lutamos diariamente nas trincheiras pela superação dessa configuração de negatividade e invisibilidade da historicidade de um coletivo que participou e participa ativamente na base da pirâmide na construção do país.

O artigo constitucional de 1988 é bem explícito em relação ao direito à Educação,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p. 1).

Nessa perspectiva da diversidade cultural, a inclusão de outros conhecimentos no currículo torna perceptíveis os hibridismos e diversidades que caracterizam a cultura corporal, podendo desencadear novos olhares dos

alunos sobre si próprios e sobre aqueles com os quais convivem, além de facilitar o fluxo entre o local e o global, entre a comunidade de prática e a sociedade mais ampla.

Nessa conjuntura entre a Lei, entre os documentos oficiais, entre as discussões acerca do currículo as e as práticas dos movimentos corporais ao serem trabalhadas na perspectiva da EREER, constituem-se como um lugar de resistência e memória, porque a sua prática apresenta aspectos de ordem étnico-racial, cultural, social e histórica dos sujeitos pertencentes a comunidade afrodescendente.

Segundo Santos (2011) a resistência das manifestações dita como “dominada” apresenta processos de superação e (re) existência, assim trago esse aspecto para a pesquisa. Quando essas manifestações sejam elas culturais, religiosas, corpóreas, dentro das CRQ resistem aos aspetos dominantes que tentam extingui-la ou invisibiliza-las, e ela é transmitida de geração para a geração com o intuito de pertencimento identitário, podemos dizer que seu objetivo de agente formador de identidade reexistiu aos processos de esquecimento.

No diálogo com Pinheiro (2023), em relação a temática étnico-racial, salienta-se que, as conquistas e demarcações históricas dos movimentos negros organizados, não se trata de doação ou transferência governamentais e sim, de direitos adquiridos de populações minorizadas. Na construção dos mundos, os funcionamentos escolares precisam centralizar as suas ações na formação de aprendizagens, os métodos, a organização do estabelecimento de ensino e das aulas, os letramentos e a avaliação dos resultados como produtos derivados da cultura e da memória de um povo. É preciso enegrecer os espaços educacionais, enegrecer com profissionais empenhados e comprometidos com as pautas antirracistas.

Assim, a proposta de um ensino de Educação Física sob a perspectiva do multiculturalismo contribui para a formação de discentes que entendam os seus lugares históricos e sociais, e sejam capazes de refletir acerca das suas origens e lutarem para que as mudanças ocorram. No entanto, algumas

acepções ainda precisam ser debatidas, dentre elas a aplicação da Lei 10.639/2003 no ensino da Educação Física na Educação Básica. Acerca da inserção de temáticas sobre a cultura corporal do movimento negro no currículo, alguns conceitos podem ser debatidos: a relação entre saudável e higiene associada a raça branca, concepções sobre cultura, dança, alimentação e formas corpóreas como: cor de pele, tipo de cabelo, formato do nariz. Portanto, o que se entende é que a difusão dessas ideias contribui para a formação de uma população mais consciente dos seus direitos e disposta a lutar pela igualdade social, histórica e econômica.

Explorando o Projeto Político Pedagógico Escolar

O Projeto Político da Escola (PPP) de uma escola é o ponto de partida para que ocorram análises, aprofundamentos das percepções pedagógicas, administrativas, das limitações e possibilidades da escola, ou, seja daquilo que pode ser realizado e definido através das responsabilidades individuais e coletivas para assim superar os entraves detectados. O PPP, é, portanto, um documento mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados, construindo um retrato de memória histórica e reflexiva da escola registrando suas transformações ao longo do tempo e permitindo uma avaliação de resultados. Essa abordagem reflexiva e colaborativa contribui para a consolidação da identidade da instituição e para o fortalecimento de uma cultura de excelência educacional.

Ao analisarmos o PPP da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos percebemos alguns marcadores importantes. Conforme o documento que rege a EEQ fica definido como Escola Quilombola,

Art. 9º A Educação Escolar Quilombola compreende: I - escolas quilombolas; II - escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. Parágrafo Único Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola (Brasil, 2012. p. 7)

É de conhecimento que Volta Miúda situa-se na zona rural de Juerana³, no entanto é um território geograficamente quilombola, todavia, dentro do documento escolar analisado a escola situa-se em uma área rural e, é lida como Escola do Campo em seu PPP. Assim, de acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo (2002), os quilombolas fazem parte dos sujeitos do campo, por isso, estes são específicos como parte do nosso estudo. No entanto são dois povos com singularidades específicas e precisam estarem categorizadas em suas modalidades, tal como como o tipo de educação escolar por eles pleiteado.

A comunidade Quilombola de Volta Miúda, mesmo certificada desde 2005 não atende a um currículo voltado especificamente para as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, assim a educação na comunidade acompanha o “currículo convencional” municipal. É de suma importância frisar que currículo básico comum pode não ser adequado para as necessidades e realidades das comunidades quilombolas. Portanto, é necessário adaptá-lo para incluir conteúdos relevantes para a história, cultura e experiências dessas comunidades.

Sobre a construção de um PPP que atenda às necessidades e dialogue com elas, a Resolução das DCNEEQ traz o seguinte trecho,

Art. 31 O projeto político-pedagógico, entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade social e deve se pautar nas seguintes orientações:

I – Observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos princípios da Educação Escolar Quilombola constantes desta Resolução; II – ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar; e III – atendimento às demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades quilombolas (Brasil, 2012, p. 12).

Compreende-se que a construção do Projeto Político Pedagógico deve partir do chão da escola e não deve ser pensado em uma realidade que destoe disso, por isso a importância de a comunidade estar presente a essa construção. Os professores e gestores que fazem parte dessa construção

³ Distrito do município de Caravelas, Volta Miúda situa-se na zona rural de Juerana.

devem estar familiarizados com a realidade escolar e da comunidade onde ocorrerão as práticas pedagógicas de elucidação do PPP. Retornando para o PPP, atualmente das duas salas da escola apenas uma está funcionando ativamente, esta contempla cerca de 14 alunos, é uma sala multisseriada com crianças da Pré-escola ao Ensino Fundamental anos iniciais.

A matriz curricular que consta no PPP é uma matriz amparada pela LDB 9394/96, que abarca Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física, é importante frisar que Educação Física não constava nessa matriz a disciplina entrou no ano de 2024 no documento da escola. Como já exposto acima a Escola Doutor Sócrates Ramos é nucleada, assim os setores administrativos e pedagógicos estão ligados a outra unidade de ensino, ou seja, as verbas administrativas são administradas pela diretora da Escola Júlio Gerônimo.

Sobre os processos avaliativos da escola, não há nenhuma especificidade perante as condições locais, seguindo então os direcionamentos gerais do que é estabelecido pelos documentos educacionais do município de Caravelas. Segundo regimento unificado do município a avaliação tem um caráter investigativo, processual e cumulativo, buscando identificar as reais necessidades para o aprimoramento da qualidade da educação, ou seja, prática intrínseca ao processo de ensino aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno e orientador a prática docente. A avaliação é contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar suas características no conjunto dos componentes curriculares cursados, com dominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos (PPP, 2019).

Sobre o acompanhamento e supervisão do Projeto Político Pedagógico da Escola Doutor Sócrates Ramos, segundo consta no documento é realizado durante discussões e ações organizadas durante o ano letivo, principalmente nas reuniões e planejamentos pedagógicos, com o objetivo de rever e refazer um diagnóstico das metas cumpridas, objetivos traçados e ações realizadas, dando continuidade ao trabalho e promovendo uma reflexão e reformulação

das propostas apresentadas ao longo do documento. Portanto, cabe à direção e coordenação pedagógica da escola a responsabilidade de articular momentos para reflexão do PPP, seja nos encontros específicos com professores ou nos momentos que exigem a participação de toda a comunidade escolar.

DISCUSSÕES

Ao compreender o PPP da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos percebemos a carência sobre temáticas voltadas às singularidades da Educação Escolar Quilombola são notórias que o documento se pauta em ser escrito e apresentável a Secretaria de Educação, infelizmente essa é uma visão simplista do documento que assombra várias realidades de ensino brasileira. Assim emergiram as seguintes categorias do PPP analisado:

Identidade

Um povo sem memória é um povo sem identidade e sem história, nas comunidades quilombolas sabemos que essa memória é constituída e repassada através da oralidade, assim os conhecimentos culturais ancestrais são transmitidos de geração a geração. Nos quilombos todos são compartilhantes de saberes, desde que tenham nascido ou que tenham uma relação de pertencimento com o ambiente e tudo ali inserido (Bispo, 2024).

Mesmo que ainda não esteja sistematizado nesse documento de 2019, é necessário que a identidade da comunidade local seja inserida nas práticas pedagógicas dos professores. Volta Miúda vem se ressignificando e buscando sua identidade que veio se perdendo ao longo dos anos, a escola é um lugar de pertencimento para os educandos, assim é fundante que os mesmos se vejam nos conteúdos nos ali aplicados.

A Escola Doutor Sócrates Ramos ao longo de suas quase seis décadas de existência já passou por processos difíceis e mesmo assim se mantém em

pé, isso acontece graças a alguns atores da comunidade que lutam para o chão da escola resistir. Hoje, a escola passa por um processo de resgate cultural e identitário de seu povo possuindo alguns projetos permanentes que buscam o resgate e fortalecimento da identidade local, sendo eles: Projeto de Leitura Maleta Viajante; Projeto Quem sou eu?; Projeto Folclore; Projeto Escola cinema; Projeto Meio ambiente e vida; Projeto Consciência negra; Projeto Festejos Caipiras; Projeto Dia das Mães.

Sobre os projetos permanentes da escola nota-se que pouco dialoga com as especificidades da comunidade em relação a algumas datas específicas locais, festas culturais da comunidade quilombola, religiosas e afins. Os projetos não estão descritos detalhadamente quanto ao seu objetivo no PPP estudado, no entanto partindo do pressuposto hipotético de uma leitura interpretativa, notamos que eles acompanham o calendário convencional de alguns festejos nacionais. Em Relação ao que tange a EREER e Lei nº 10.639/03 temos um projeto que aproxima-se da temática, intitulado “Consciência Negra”. Os projetos descritos fazem parte da escola desde 2019.

Educação do Campo ou Quilombola

Estando a comunidade na zona rural, esta contempla em seu PPP a modalidade da Educação do Campo, assim é prescrito no PPP. Saliento que, de acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo (2002), os quilombolas fazem parte dos sujeitos do campo, por isso, estes são específicos como parte do nosso estudo.

Ao compreender o PPP da Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos percebemos a carência sobre temáticas voltadas às singularidades da Educação do Educação Escolar Quilombola, é notório que o documento se pauta em ser escrito e apresentável a Secretaria de Educação, infelizmente essa é uma visão simplista do documento que assombra várias realidades de ensino brasileira.

No Documento Curricular Referencial Municipal (2021), a Educação Escolar Quilombola é citada como se houvesse de fato sua efetivação, porém ao examinar o PPP da escola quilombola, é nítido que há uma controvérsia entre as informações deles.

Sendo Volta Miúda uma comunidade remanescente de quilombo, é importante um olhar sensível na escrita desse documento, políticas públicas que envolvam a comunidade e seu alunato, demarcadores específicos que irão atender as necessidades e singularidades da comunidade e projetos que façam o aluno sentir-se pertencente a escola.

Respaldada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia, Volta Miúda já deveria estar contemplada com um currículo específico, pois é uma comunidade remanescente de quilombo certificada desde 2005, assim respeitando a grade curricular obrigatória, porém com marcadores específicos da comunidade tradicional local.

Nucleação: inclusão ou exclusão?

Sobre a nucleação, alguns pontos do PPP atendem ao que pede a resolução das Diretrizes Quilombolas,

Art. 21 A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental I na Educação Escolar Quilombola, realizada em áreas rurais, deverão ser sempre ofertados nos próprios territórios quilombolas, considerando a sua importância, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (Bahia, 2013, p. 13).

A Educação Infantil e Anos Iniciais são realizadas na própria comunidade, porém todos os processos legais da escola seguem uma extensão de outra e a diretora vai à escola na segunda, quarta e sexta.

Em contrapartida, no ano de 2022 a instituição de Ensino UNEB em parceria com o governo do Estado selecionaram bolsistas para atuarem como monitores no Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia, assim participei da seleção para compor a equipe. Este projeto tinha como finalidade atualizar o mapeamento da situação das escolas do campo nos 417

municípios baianos com o intuito de subsidiar as políticas de Educação do Campo no Estado da Bahia e percebemos indo a campo, como a política de nucleação desconsidera as especificidades da Educação no Campo que requer uma abordagem diferenciada para atender às necessidades e realidades dos alunos.

Outro aspecto preocupante é o desgaste físico e emocional provocado pelas longas viagens realizadas pelos alunos em estradas precárias. Muitos estudantes precisam acordar muito cedo e percorrer grandes distâncias para chegar à escola, o que impacta diretamente em seu desempenho escolar e bem-estar.

O desenraizamento cultural também é um efeito negativo da política da nucleação. Ao serem deslocados para áreas urbanas, os alunos abandonam suas tradições, conhecimentos e vínculos com a comunidade, o que pode resultar na perda de identidade e valorização da cultura local. Além disso, a escola-núcleo geralmente oferece um modelo de educação urbano, que não dialoga com a realidade e experiência dos estudantes do campo, contribuindo para um afastamento entre a escola e os alunos. A política de nucleação também acaba desestimulando a participação dos pais na gestão da escola. A distância geográfica dificulta o envolvimento dos pais nas decisões e atividades escolares, limitando sua participação e voz.

Diante dessas críticas, é necessário repensar a política de nucleação em comunidades tradicionais e buscar alternativas que garantam uma educação de qualidade e contextualizada para os estudantes do campo. É fundamental envolver as comunidades, valorizar a cultura local, respeitando a diversidade e adaptando o currículo às necessidades específicas dos alunos.

Conforme Arroyo (1999), é necessário a importância de uma escola do campo que contemple o meio em que o aluno está situado e que se identifique com os valores e as necessidades próprios do campo, uma escola que seja do campo e para o campo

Práticas Corporais

As práticas corporais são os pilares da Educação Física escolar, hoje, temos seis práticas corporais no âmbito do componente curricular: brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas, práticas corporais de aventura.

Ao analisarmos o PPP da escola observamos que é explícito que o documento não traz nem um tópico em específico sobre o componente de Educação Física. Ao tratarmos de povos tradicionais é de suma importância que haja nos documentos especificidades sobre esses povos e suas culturas, afinal, segundo a BNCC (2017), o movimento humano requer uma análise contextualizada do meio sócio-histórico em que ele se insere. Portanto, é necessário que o PPP da Escola Sócrates Ramos esteja de comum acordo com a comunidade, por isso a importância dele, que é a identidade da escola, ser construído em conjunto com a comunidade ao seu entorno.

CONCLUSÕES

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aponta que a educação deve promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho. Avançar em direção a uma Educação Escolar Quilombola é fundamental para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite e valorize suas identidades culturais e étnico-raciais. Isso não apenas fortalece a autoestima e o senso de pertencimento dos alunos negros, mas também promove o respeito à diversidade e o combate ao racismo estrutural na sociedade.

A garantia do direito à permanência e ao uso da terra, pelos quilombolas que ainda resistem em seus territórios, é a condição sine qua non para a continuidade da cultura quilombola como comunidade que resistiu secularmente contra todos e quaisquer interesses político-econômicos contrários à ideia de um território constituído por e para negros, que lutam contra a lógica hegemônica que invisibiliza o debate étnico-racial e que buscam, incessantemente, protagonizar sua própria história (Dionísio; Silveira, 2022, p. 21).

Portanto, é necessário que as políticas educacionais e as práticas pedagógicas sejam revistas e adaptadas para garantir a implementação efetiva da Educação Escolar Quilombola, integrando os saberes e práticas dos corpos negros em todas as áreas do currículo, incluindo a Educação Física Escolar. Isso contribuirá significativamente para uma educação mais inclusiva, justa e democrática.

É fundamental alinhar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola com as características e necessidades da comunidade local, como é o caso de Volta Miúda. Quando o PPP não dialoga com a comunidade em que a escola está inserida, ocorre uma desconexão entre a educação oferecida e a realidade dos educandos, o que pode resultar em uma perda de identidade local e cultural. Sendo a Educação Física Escolar um dos componentes curriculares abordados na Educação Básica cabe à docência a obrigação de desenvolver conteúdos que abordem a EREER afirmando e positivando os saberes e práticas dos corpos negros a partir de diversos conteúdos e estratégias pedagógicas orientadas por uma Educação Antirracista e Afrocentrada, instrumento de combate ao racismo enraizado na sociedade brasileiro.

REFERÊNCIA

ARROYO, Miguel Gonzalez.; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional por Uma Educação Básica do Campo, 1999.

Bahia, Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental – Superintendência de Políticas para Educação Básica**. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia, Salvador: Secretaria da Educação, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: *Edições*, 2016.

BISPO, Antônio dos Santos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: *Ubu Editora*, 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular, 3ª versão revisada e definitiva.** Brasília, DF: Mec, 2017.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Brasília, DF: Mec, 2012.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Resolução CNE nº 01, de 03 de abril de 2002. (Educação do Campo cultivando um Brasil melhor). Brasília, 2002.

_____. **Lei nº 14.532/23, de 11 de janeiro de 2023.** Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm>. Acesso em: 29 mar. 2024.

_____, (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Diário Oficial.

CARVALHO, Sebastião Carlos dos Santos. **O impacto das ações afirmativas na estética e na imagem corporal de jovens negros e negras da UNEB, Campus Guanambi.** 2021. 237f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

DIONISIO, Pamela Marcia Ferreira Alves et al. OS TERRITÓRIOS DE QUILOMBO NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, n. Ed. Especi, p. 232-255, 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel.; Silveira, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2022; Censo, 2022; Domicílios; Metodologia; População; Quilombolas; Quilombos.** Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2102016#:~:text=As%20primeiras%20estat%C3%ADsticas%20oficiais%20sobre,quatro%20grandes%20eixos%20neste%20volume.>> Acesso em 28 mar. 2024.

IPatrimônio - Patrimônio Cultural Brasileiro. Caravelas – Quilombo Volta Miúda. 2020. Disponível em: <<https://www.ipatrimonio.org/caravelas-quilombo-volt>>

miuda/#!/map=38329&loc=-17.751068479836928,-39.51444893964163,17>
Acesso em 23 fev. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. São Paulo: *Editora Perspectiva SA*, 2020.

SANTOS, Adalberto. **Tradições populares e resistências culturais**. Salvador: *EDUFBA*, 2011.

SANTOS, Ana Carolina Sabino dos; SCHIABEL, Daniela. Inclusão escolar no Ensino Fundamental I: uma análise das Políticas Educacionais e seus impactos no currículo. **Revista Cocar (online)**, v. 19, p. 1-20, 2023.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: *Autêntica*, 2023.

POMIN, Fabiana.; CAFÉ, Lucas Santos. Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira. **Revista Motrivivência**, v. 32, n. 63, 2020.

Portela, Ivalda Kimberlly Santos; Portela, Ellen Maria Santos. Benza, Folha e Fé: o movimento sankofa na prática da benzedura na comunidade de Barra de Caravelas. São Paulo: **Câmara Brasileira do Livro**, 2024. E-book (23 p.). ISBN 978-65-00-97018-0. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/home>. Acesso em: 29 mar. 2024.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: *Planeta do Brasil*, 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Editora *Feevale*, 2013.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. *Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos*, Caravelas, 2019. Suziléia de Abreu. Acesso em: 6 fev. 2024

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas: *Papirus*, 2001.